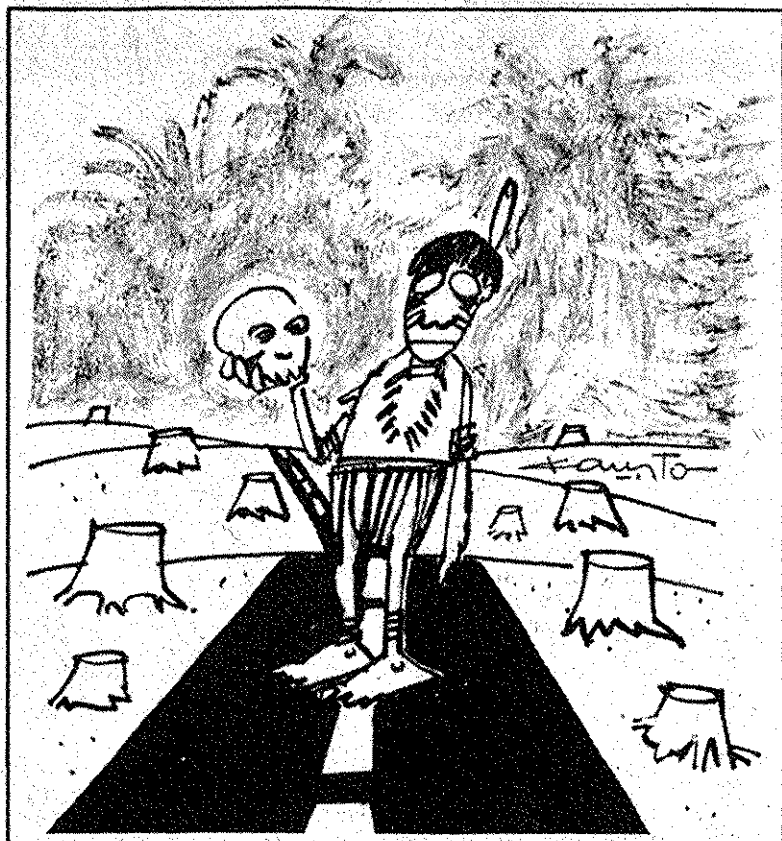




FSP 26.1.82 Rondon, Rondônia e a BR-364

EUNICE RIBEIRO DURHAM
A criação do novo Estado de Rondônia veio acompanhada de ampla propaganda oficial na televisão. Assim, quem não sabia ficou sabendo que o nome da nova unidade da Federação foi dado em homenagem a uma das figuras mais respeitadas da história pátria: o marechal Rondon.

Do ponto de vista da localização geográfica do Estado, nada mais justo, o Rondônia cobre justamente a parte setentrional da área onde o marechal realizou sua tarefa mais célebre: a construção da linha telegráfica entre Cuiabá e Porto Velho, responsável, se não pelo desbravamento inicial, pelo menos pela incorporação definitiva desse território à comunidade nacional. Numa gloriosa aventura militar essencialmente pacifista, Rondon percorreu, com um pequeno grupo, milhares de quilômetros de terra indígena sem disparar um único tiro contra os "selvagens", acreditando que a tarefa da civilização era defender, proteger e incorporar os índios, não destruí-los.

Foi essa aventura que deu origem ao Serviço de Proteção aos Índios, criado pelo próprio Rondon para fornecer apoio institucional a uma política indigenista de cunho humanitário, voltada para a defesa de nossas populações tribais. O que se propunha então era impedir que se repetisse no resto do Brasil o verdadeiro genocídio ocorrido em São Paulo com a Marcha para o Oeste, tristemente célebre pelo extermínio deliberado e sistemático da população indígena do Estado.

A ironia de toda esta história é que, exatamente nesse território que abrange o Sul de Rondônia e o Noroeste de Mato Grosso, e onde nasceu o moderno indigenismo brasileiro, foram e continuam a ser praticados os maiores crimes contra a população indígena deste País. Quando Rondon percorreu a região, há pouco mais de meio século, os índios contavam-se aos milhares. Hoje há que salvar as poucas centenas que sobreviveram ao "avanço da civilização".

Talvez o fato de o novo Estado ter recebido o nome do bravo marechal evite que os índios que nele habitam sofram o mesmo trágico destino dos infelizes Nambiquaras de Mato Grosso, bem na fronteira de Rondônia, cuja história é exemplar.

Quando foi estabelecida a linha telegráfica, deveria haver cerca de 30 grupos Nambiquaras espalhados na chapada semi-árida e nas terras úmidas do vale do Guaporé. Os contactos iniciais do próprio Rondon não tiveram efeitos desastrosos, uma vez que a dificuldade de comunicações permitiu que permanecessem relativamente isolados até o início da década de 40.

O grande surto da borracha, durante a 2.ª Guerra Mundial, promoveu a exploração dos seringaais nativos, intensificando o contacto e apresentando resultados terríveis. Sem nenhuma proteção, os grupos indígenas foram dizimados por doenças "civilizadas" como a gripe, a coqueluche, o sarampo e a tuberculose. Relatórios de 1945, por ocasião de uma epidemia de sarampo, contam como houve aldeias onde não restavam sobreviventes em número suficiente para enterrar os mortos, que eram devorados por cães e urubus. Desse holocausto foram preservados grupos do vale do Guaporé que permaneceram isolados até o final da década de 60.

É dessa época o início da construção da BR-364, ligando Cuiabá a Porto Velho e que, cortando todo o território palmilhado por Rondon, valorizou extraordinariamente as terras dos Nambiquaras, especialmente as do vale úmido. Poderosos grupos econômicos, com representantes em altos escalões políticos e administrativos do governo federal e estadual, obtiveram enormes extensões de terra indígena. Acabara de ser extinto o SPI (por corrupção insanável) e criada a nova Funai que, nas suas primeiras semanas de vida, passou a fornecer certidões garantindo a inexistência de índios no vale do Guaporé, documento indispensável à legalização das pretensões das empresas que cobiçavam a área. Esse episódio

tudo constitui um dos maiores crimes consentidos por um órgão encarregado da defesa das populações indígenas. Ignorados pela Funai, os índios do vale foram atingidos pelas doenças dos brancos e repetiu-se, agravada, a mortandade de 1945. Há casos registrados de terem morrido, por falta de assistência, aldeias inteiras, homens, mulheres e crianças, sem deixar um único sobrevivente. Os pobres e debilitados remanescentes dessa trágica matança foram localizados com helicópteros por equipes da Funai, que os removeram das terras férteis do vale para a pequena reserva da chapada, que fora criada em 1968. Desse modo, a Funai honrou as certidões que havia expedido e garantiu que, de fato, não existiam mais índios no vale do Guaporé. Só que os índios não concordaram. Sozinhos, abandonaram as terras áridas da reserva e voltaram ao sítio de suas antigas aldeias. Novamente a Funai interferiu, agora tentando retirá-los da parte central do vale para uma área interditada no seu extremo Sul. Mais uma vez os índios teimosamente retornaram. A saga continua até hoje.

Assim, a construção da BR-364, ligação entre Cuiabá e Porto Velho, e centro de todo o Projeto Pólo-Noroeste, que deveria ser o correspondente moderno da heróica empreitada de Rondon, trágica ironia, já foi responsável pela dizimação dos índios do Noroeste de Mato Grosso e ameaça agora incontáveis grupos localizados em Rondônia.

Os interesses envolvidos são imensos. E os índios, se contam "no papel" com todas as garantias legais, não possuem os poderosos aliados políticos de que dispõem as grandes empresas madeleiras e agropecuárias.

No ano passado a Funai, tentando talvez se redimir de seu pecado original, que foi atestar a inexistência de índios no vale do Guaporé, finalmente tomou as medidas necessárias para demarcar reservas correspondentes às terras ancestrais dos sobreviventes Nambiquaras. Contribuiu para isso a pressão do Banco Mundial, financiador do Projeto Pólo-Noroeste que, desde o final da gestão McNamara, vem exigindo medidas eficazes de proteção às populações afetadas pelos projetos de desenvolvimento que subsidia.

Imediatamente, iniciou-se uma grande campanha de ataque à Funai, encabeçada pelo governador de Mato Grosso, que exige a supressão daquela iniciativa. Com isso, todo o projeto das reservas para os índios Nambiquaras está hoje ameaçado. O mesmo tipo de pressão política ocorre onde quer que haja terras indígenas a demarcar.

Os recursos a serem investidos pela Nação no desenvolvimento do chamado Pólo-Noroeste são imensos. Trata-se de dinheiro público que, por isso mesmo, não pode ser destinado a beneficiar prioritariamente empresas (em grande parte paulistas) que já se apropriaram, por uma bagatela, de terras indígenas, que já se aproveitaram da valorização trazida pela estrada, que já se beneficiaram dos incentivos fiscais e que já exploraram a madeira desmatando quase todo o vale do Guaporé. São esses os interesses defendidos pelo governador de Mato Grosso.

Não podemos mais continuar na situação em que, no território desbravado por Rondon, estejam brasileiros a exigir a extinção das reservas indígenas, ao passo que é o Banco Mundial, agência financiadora do Projeto Pólo-Noroeste, o único a demandar medidas eficazes de proteção aos silvícolas. Nem podem continuar mais os Nambiquaras, como os demais índios de Mato Grosso e Rondônia, a contar como aliados apenas os grupos estrangeiros. É importante que, nesse caso exemplar, o governo finalmente honre os compromissos que inscreveu na Constituição, e que assumiu perante as organizações internacionais, evitando que o nome de Rondon seja apenas um símbolo vazio.

Eunice Ribeiro Durham é professora do Departamento de Ciências Sociais da USP e membro da Associação Brasileira de Antropologia.